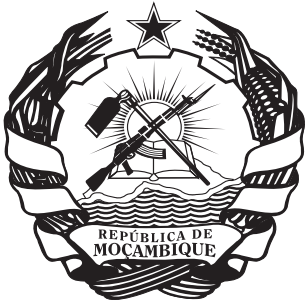




BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho Superior da Magistratura Judicial:

Despachos.

Governo do Distrito da Beira:

Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social:

Aviso.

Conselho Superior da Magistratura Judicial

Despachos

De 28 de Agosto de 2021:

Firosa Carimo Gani, juíza de direito D, titular do NUIT 103563275 — transferida, por conveniência de serviço, da 1.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, para a 4.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito da Machava, Província de Maputo, nos termos dos artigos 24 e 140, n.º 3, alínea a), ambos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo a 23 de Setembro.)

De 14 de Setembro de 2021:

Carmen Menalda de Jesus Alberto Charles, juíza de direito D, titular do NUIT 113048719 — transferida, por conveniência de serviço, do Tribunal Judicial do Distrito de Lago, Província de Niassa, para o Tribunal Judicial do Distrito de Nhamatanda, Província de Sofala, nos termos dos artigos 24 e 140, n.º 3, alínea a), ambos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo a 12 de Outubro.)

De 5 de Outubro de 2021:

Dino Adamo Abdul, juiz de direito D, titular do NUIT 104462871, do Tribunal Judicial do Distrito de Nangade, Província de Cabo Delgado — afecto, temporariamente, à 1.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Xai-Xai, Província de Gaza, nos termos dos artigos 24 da Lei n.º 24/2007, do 20 de Agosto, Lei da Organização Judiciária, e 138, alínea b), do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

Élio Bomba António Pilica, juiz de direito D, titular do NUIT 111494991, do Tribunal Judicial do Distrito de Quissanga, Província de Cabo Delgado — afecto, temporariamente, à 1.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Quelimane, Província da Zambézia, nos

termos dos artigos 24 da Lei n.º 24/2007, do 20 de Agosto, Lei da Organização Judiciária, e 138, alínea b), do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

Eugénia Conceição Navalha, juíza de direito D, titular do NUIT 119650658, do Tribunal Judicial do Distrito de Mueda, Província de Cabo Delgado — afecto, temporariamente, à 5.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade da Beira, Província de Sofala, nos termos dos artigos 24 da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto, Lei de Organização Judiciária, e 138, alínea b), do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

Nazir Issufo Bacar, juiz de direito D, titular do NUIT 100277298, do Tribunal Judicial do Distrito de Chimbonila — afecto, temporariamente, à 1.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Lichinga, Província de Niassa, nos termos dos artigos 24 da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto, Lei de Organização Judiciária, e 138, alínea b), do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

(Anotados pelo Tribunal Administrativo a 20 de Outubro.)

De 23 de Novembro de 2021:

Élio Bomba António Pilica, juiz de direito D, titular do NUIT 111494991 — transferido, por conveniência de serviço, do Tribunal Judicial do Distrito de Quissanga, Província de Cabo Delgado, para o Tribunal Judicial do Distrito da Maganja da Costa, Província da Zambézia, nos termos dos artigos 24 e 140, n.º 3, alínea a), ambos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo a 13 de Janeiro de 2022.)

De 31 de Dezembro de 2021:

Dino Adamo Abdul, juiz de direito D, titular do NUIT 104462871 — transferido, por conveniência de serviço, do Tribunal Judicial do Distrito de Nangade, Província de Cabo Delgado, para a 1.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Xai-Xai, Província de Gaza, nos termos dos artigos 24 e 138, alínea b), ambos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

Silvério Osório Gonçalves, juiz de direito D, titular do NUIT 110505868 — transferido, por conveniência de serviço, do Tribunal Judicial do Distrito de Maúá, Província de Niassa, para o Tribunal Judicial do Distrito da Mágoè, Província de Tete, nos termos dos artigos 24 e 138, alínea b), ambos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo a 31 de Janeiro.)

De 1 de Março:

Bernardo Lemos Olímpio, juiz de direito D, titular do NUIT 112623051 — transferido, por conveniência de serviço, do Tribunal Judicial do Distrito de Mecula, para o Tribunal Judicial do Distrito de Maúá, ambos da Província de Niassa, nos termos dos artigos 24 e 140, n.º 3, alínea a), todos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo a 15 de Março.)

Cremildo João Massingue, juiz de direito D, do Tribunal Judicial do Distrito de Marrupa, Província de Niassa, titular do NUIT 113795441 — nomeado, em regime de acumulação de funções, com o Tribunal Judicial do Distrito de Mecula, ambos na mesma Província, nos termos do artigo 12, n.ºs 3, 4, 5 e 6 e 140, n.º 3, alínea a), ambos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março, com alterações introduzidas pela Lei n.º 8/2018, de 27 de Agosto.

Mauro Artur Lourenço Macalo, juiz de direito D, titular do NUIT 12053404, do Tribunal Judicial do Distrito de Meluco, Província de Cabo Delgado — afecto, temporariamente, à 1.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito da Maxixe, Província de Inhambane, nos termos dos artigos 24 da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto, Lei de Organização Judiciária, e 138, alínea b), do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

(Anotados pelo Tribunal Administrativo a 18 de Abril.)

De 16 de Maio:

Mauro Artur Lourenço Macalo, juiz de direito D, do Tribunal Judicial do Distrito de Meluco, Província de Cabo Delgado — afecto, temporariamente, ao Tribunal Judicial do Distrito de Jangamo, Província de Inhambane, nos termos dos artigos 24 da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto, Lei de Organização Judiciária, e 140, n.º 3, alínea a), do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo a 23 de Maio.)

De 20 de Julho:

Tiago de Almeida Raúl Mualeite, juiz de direito B, titular do NUIT 106902127 — transferido, por conveniência de serviço, da 2.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Nampula, Província de Nampula, para a Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado, nos termos dos artigos 24 e 140, n.º 3, alínea a), ambos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo a 15 de Agosto.)

De 21 de Julho:

Ana Maria Cesário Rafael, juíza de direito D, titular do NUIT 112120858, do Tribunal Judicial do Distrito de Majune, Província do Niassa — nomeada, em regime de acumulação de funções com a 1.ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Lichinga, na mesma Província, nos termos dos artigos 12, n.ºs 3, 4, 5 e 6 e 140, n.º 3,

alínea a), ambos do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março, com alterações introduzidas pela Lei n.º 8/2018, de 27 de Agosto.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo a 5 de Agosto.)

Nos termos dos artigos 28 do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, aprovado pela Lei n.º 4/2022, de 11 de Fevereiro, e 18 do Regulamento do referido Estatuto, aprovado pelo Decreto n.º 28/2022, de 17 de Junho, é transferido António José Pilale, titular do NUIT 110651831, técnico superior de administração da justiça, classe E, escalão 1, definitivo do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção em Nampula, para a 2.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Cuamba, Província do Niassa, carreira da magistratura judicial, escalão 1, categoria de juiz de direito D.

Maputo, 14 de Setembro de 2022. — O Presidente, *Adelina Manuel Muchanga*.

(Anotado pelo Tribunal Administrativo a 28 de Setembro.)

Governo do Distrito da Beira

Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social

Aviso

Nos termos do n.º 1 do artigo 35 do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado, publica-se a lista definitiva dos candidatos ao concurso de ingresso na carreira de técnico de saúde, na categoria de técnico de laboratório, no Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social da Beira, a que se referem os avisos publicados no Jornal *Diário de Moçambique* dos dias 11 e 12 de Julho de 2022.

Categoria de técnico de laboratório:

Admitidos: Valores

1.º Beatriz Natércia Venâncio Macouo.....	16,3
2.º Marta Adélia Mazive.....	15,9
3.º Benedito Jaime Joaquim.....	13,8
4.º Fátima Marcelino Malunguissane.....	13,2

Aprovados sem vaga:

1.º Admira Ricardo Manhiça Mbéu.....	12,4
2.º Delsia Inosse Inácio.....	11,2
3.º Ozaldina André Ungue.....	10,3
4.º Narciso Pedro Pindene.....	10,2

Beira, 14 de Novembro de 2022. — O Presidente do Júri, *Pedro Manusso Júnior*.